



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória
Pôster

MEMÓRIA E ORGANIZAÇÕES: REFLEXÕES COM BASE EM TEORIAS SOCIAIS¹

MEMORY AND ORGANIZATIONS: REFLECTIONS BASED ON SOCIAL THEORIES

Érica de Castro Loureiro, Fiocruz
ericaloureiro@gmail.com

Ricardo Medeiros Pimenta, Fiocruz
ricardopimenta@ibict.br

Resumo: O presente trabalho pretende subsidiar discussões a respeito do estabelecimento de iniciativas de memória organizacional. Para tal, apresenta uma breve revisão de conceitos e teorias sociais que podem ser acionados para contribuir na reflexão sobre como se dá uma dinâmica institucional em termos de estabelecimento de uma memória coletiva institucionalizada. Aborda questões sobre como um grupo pode se perpetuar ao longo do tempo, assim como uma possível maneira pela qual a memória deste grupo pode ser negociada coletivamente no âmbito de organizações, por meio da consideração do capital social e da teoria da dádiva. Menciona as tensões existentes para que isso se dê, levando em consideração a perspectiva individual, abordada do ponto de vista das narrativas, assim como as formas como a experiência prática influencia nesta memória organizacional, por meio do estabelecimento de uma memória transacional e de um *habitus* característico.

Palavras-chave: Memória. Memória Organizacional. Narrativas.

Abstract: This paper aims to support discussions about the establishment of organizational memory initiatives. It presents a brief review of concepts and social theories that can be triggered to contribute to the reflection on how an institutional dynamic can function in terms of the establishing an institutionalized collective memory. Addresses questions about how a group can be perpetuated over time, as well as a possible way in which the memory of this group can be negotiated collectively within organizations, through the consideration of social capital and the theory of the gift. Mentions the tensions for this to happen, taking into account the individual perspective, approached from the

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

point of view of narrative, as well as the ways in which practical experience influence this organizational memory through the establishment of a transactional memory and a characteristic *habitus*.

Keywords: Memory. Organizational Memory. Narratives.

1 INTRODUÇÃO

O presente poster tem por objetivo apresentar uma breve revisão de conceitos e teorias sociais que subsidiem uma reflexão a respeito de como a memória, pensada em sua dimensão individual e coletiva, pode ser considerada e incorporada por organizações. Este trabalho configura-se em um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que investiga a relação entre memória e conhecimento para auxiliar no desenvolvimento de iniciativas de memória organizacional (MO) em instituições de memória.

Apresentamos a seguir as questões que guiaram a escolha dos conceitos e teorias sociais articulados no presente trabalho: como legitimar uma memória que possa ser considerada organizacional em uma instituição composta por diferentes campos, que possuem percepções diversas sobre os fatos organizacionais? Como considerar o papel da memória individual e das narrativas? Como os conceitos de capital social e *habitus* e a possível existência de uma tríplice obrigação de dar, receber e retribuir podem ser mobilizados para a negociação de significados e o estabelecimento de uma memória coletiva institucionalizada dentro de uma organização?

Mais que buscar respostas, nossa intenção é problematizar as questões de memória com base em teorias sociais, de maneira a enriquecer os entendimentos prévios necessários ao desenvolvimento de uma iniciativa de memória organizacional em instituições.

2 MEMÓRIA, GRUPOS SOCIAIS E INDIVÍDUOS

Para iniciar a reflexão a respeito de como se pode considerar que determinado grupo perpetue sua memória, lançaremos mão do sociólogo alemão Georg Simmel, que aborda questões que garantem que uma sociedade, entendida como um número de humanos que estão em reciprocidade e que formam uma unidade permanente ou transitória, se mantenha ao longo do tempo. Simmel (1898) afirma que coexistem nas sociedades, a todo momento, forças destrutivas, que ameaçam permanentemente a unidade por a atacarem por fora e também por dentro, e forças de preservação, que mantêm as partes individuais juntas por meio da existência de uma reciprocidade entre elas, dando coesão e consequentemente garantindo unidade ao todo e a continuidade dessas estruturas. (SIMMEL, 1898, p.664).

Com efeito, Simmel (1898) busca explicar as características supra-individuais das estruturas, questionando como a saída de membros de um grupo não levaria necessariamente a sua extinção, ou ainda como um grupo que tem seus membros totalmente modificados, devido à existência de uma mesma entidade ao longo de décadas e até séculos, poderia continuar sendo considerado uma unidade. Segundo o autor, a separação temporal entre indivíduos que compõem um mesmo grupo social não supera um laço espiritual entre eles, uma relação de reciprocidade que leva à aparência de uma interexistência unificada, coesa (SIMMEL, 1898, p. 665-667).

Consideramos que a memória pode ser entendida enquanto um elemento constituinte desse senso de coesão e unidade grupal, ou mesmo de um sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que a memória é também fator relevante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992). Segundo o sociólogo e historiador Michael Pollak, acontecimentos "vividos por tabela", ou seja, aqueles vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, também marcam o indivíduo, assim como aqueles vividos unicamente por ele, destacando a possibilidade de que "ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada" (POLLAK, 1992, p. 204). A memória não se trata de algo estanque na mente do indivíduo, podendo ser mesmo compreendida enquanto um fenômeno passível de ser construído, social e coletivamente.

Lembramos neste momento do sociólogo Maurice Halbwachs, criador do conceito de memória coletiva, que afirma que "de uma maneira ou de outra, cada grupo social empenha-se em manter uma semelhante persuasão junto a seus membros" (HALBWACHS, 2004 p. 51), destacando ainda o papel do "afeto" que deve existir e ser partilhado por aqueles que se identificam com determinado grupo. Halbwachs acredita que mesmo a memória individual é afetada, pois esta seria um ponto de vista sobre a memória coletiva (HALBWACHS, 2004).

Voltando à Simmel (1898), o autor aborda ainda um conflito sociológico que diz respeito ao esforço feito pelos diversos grupos existentes dentro de uma sociedade para que estes trabalhem em cooperação em prol do todo, apesar da existência de um certo impulso egoísta existente em parte de seus membros. Para superar a questão, seria preciso criar no indivíduo um senso de unidade grupal (SIMMEL, 1898, p. 677).

O aspecto coletivo presente nas estruturas sociais e suas nuances quando tratamos da forma como estes grupos se relacionam com a memória ainda é um tanto difuso, no sentido que os autores referenciados até então estavam cada um a sua maneira tratando de questões

que, apesar de diferentes, se complementam em torno do objetivo de se refletir sobre a memória enquanto fenômeno social e suas possíveis implicações para as organizações. Apesar disso, um autor que aponta, ao nosso ver, um caminho que pode nos auxiliar e encontrar uma solução para a questão da existência de diferentes visões e percepções espalhadas por diferentes campos ou redes que compõem dada instituição, e que precisam ser transformadas em interpretações compartilhadas para o estabelecimento de iniciativas de memória organizacional, é o antropólogo francês Marcel Mauss.

Mauss (2003) apresenta sua teoria da dádiva, representada por uma trílice obrigação de dar, receber e retribuir, presente nas relações entre indivíduos, destacando que são as coletividades, e não os indivíduos isolados, que se obrigam mutuamente, em contraprestações que se estabelecem, em geral, de maneira voluntária, apesar de serem, no fundo, obrigatórias (MAUSS, 2003, p. 190-191). Ressalta ainda que essas contraprestações são feitas “não apenas de pagar serviços e coisas, mas também de manter uma aliança proveitosa e que não pode sequer ser recusada” (MAUSS, 2003, p. 303).

Outro importante conceito que podemos pensar ao aplicar a questão de como pode funcionar a negociação de ações e significados dentro de grupos sociais é o de capital social, seguindo a perspectiva de Pierre Bourdieu (1998). Afinal, o grupo que detém o discurso sobre a memória detém também para si um capital de relevância para a manutenção do *habitus* e, nesse sentido, também de uma identidade coletiva. Ainda sobre a ideia de capital, segundo o autor, o capital social pode ser definido como o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, ou, em outros termos, à vinculação a um “conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1998, p. 65).

Assim, este tipo de capital só agrega valor quando é percebido e reconhecido pelo outro, ou seja, só possui valor na interação, em trocas materiais e simbólicas. Bourdieu (1998) diz que o pertencimento a dado grupo proporciona lucros baseados na solidariedade, em uma capacidade de capitalizar contatos.

A autora Caroline Haythornthwaite (2008), estudiosa da área de redes sociais, se refere a uma “memória transacional” (“*transactive memory*”) para explicar um tipo de memória gerada a partir da percepção de habilidades e disposições de colaboração existentes entre membros que interagem em algum tipo de comunidade. A memória transacional permite que os membros saibam quem procurar para alcançar os objetivos do grupo. Segundo a autora, esse tipo de memória contempla ainda relações que não dizem respeito,

necessariamente, às questões objetivas discutidas em dado grupo, já que indivíduos podem aprender quem são as pessoas a quem devem recorrer para suporte emocional, social ou material. Mesmo que essas relações sejam raramente estabelecidas, apenas saber que existe uma rede de segurança que pode ser acessada em momentos de necessidade torna-se um elemento de coesão e manutenção do grupo. (HAYTHORNTHWAITE, 2008, p. 144).

Retornamos ainda a Bourdieu (1990) para refletir sobre a importância da experiência prática na formação dessa memória transacional, que afirma que o processo de apreensão da experiência prática, parte do que se considera aqui importante para o estabelecimento de uma memória organizacional, conflui para a manutenção do *habitus* marcadamente característico de um determinado campo social e de seus respectivos atores (BOURDIEU, 1990). Dessa maneira, como já apontamos mais acima, o *habitus* pode ser entendido como uma espécie de sistema de disposições sociais adquiridas, corporificadas em valores e normas que são inculcadas nos indivíduos e que afetam sua forma de perceber, pensar e agir (BOURDIEU, 1990). Ainda segundo Bourdieu (1990), o *habitus* pode ser considerado como:

[...] história incorporada, internalizada como uma segunda natureza e, assim, esquecida enquanto história – é a presença ativa do passado inteiro de qual é produto. Assim, é o que dá às práticas sua relativa autonomia em relação a determinações externas ou ao presente imediato [...] funcionando como um capital acumulado [...] garante a permanência na mudança [...] é espontaneidade sem consciência ou vontade”. (BOURDIEU, 1990, p. 56).

Neste sentido, se considerarmos uma dada organização enquanto um campo (BOURDIEU, 2004), podemos propor que o *habitus* ali instaurado e partilhado é elemento fundamental para a aprendizagem organizacional, sua transmissão e, em última análise, para a memória que nela se instaura e permanece. Além disso, considerando as ideias de Bourdieu (1998) e Mauss (2003), pode-se pensar em ambas como formas de incentivar a negociação de significados entre os diferentes grupos que compõem uma organização em torno do estabelecimento e do registro de uma memória que possa ser considerada organizacional, mesmo frente às possíveis visões e forças nem sempre confluentes existentes dentro de uma organização.

Para nos ajudar a pensar no papel do indivíduo na constituição de uma memória considerada organizacional, vamos recorrer ao conceito de narrativas, abordadas por Walter Benjamin (1994), que seriam uma “forma artesanal de comunicação”, que se refere à experiência que passa de pessoa a pessoa, possuindo a marca do indivíduo narrador. Benjamin diferencia a ação do narrador daquela do historiador, que tem a obrigação de explicar os episódios com os quais lida, ao contrário do narrador, que não tem uma obrigação

com a “explicação verificável”, nem com o encadeamento exato dos fatos (BENJAMIN, 2004, p. 209).

Sobre as características da narrativa, afirma Benjamin que ela por vezes possui uma dimensão prática, utilitária, uma vez que o narrador “é um homem que sabe dar conselhos” (BENJAMIN, 1994, p. 200). Declara ainda o autor que “o conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria” (BENJAMIN, 1994, p. 2001). Afirma ainda o autor que o narrador “sabe dar conselhos (...) pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida, uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia” (BENJAMIN, 2004, p. 221).

Citando Pascal, afirma Benjamin por fim que “ninguém morre tão pobre que não deixe alguma coisa atrás de si. Em todo caso, ele deixa reminiscência, embora nem sempre elas encontrem um herdeiro (BENJAMIN, 2004, p 212). Essa afirmação, assim como as reflexões levantadas acima, nos parece especialmente interessante para pensar experiências com narrativas dentro das organizações, assim como algumas das dificuldades que podem ser encontradas para propor ações consideradas institucionais a partir de uma perspectiva que considera tão fortemente o papel e a marca do indivíduo, sem deixar de perceber, como aponta Benjamin, a marca do coletivo nesta experiência individual.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a revisão realizada no presente trabalho trouxe relevantes questões a respeito da dinâmica da memória e da relação entre os indivíduos dentro das organizações. Abordamos alguns elementos que auxiliam no entendimento da permanência de grupos sociais ao longo do tempo, considerando a existência de forças conflitantes nesse mesmo processo. Apontamos a importância das relações entre indivíduos e da influência do grupo social no pensamento destes. Indicamos a possibilidade de existência de memórias não negociadas entre os diferentes campos ou redes que compõem uma organização, o que pode gerar uma resistência a iniciativas de memória organizacional, especialmente na dimensão em que se relaciona à perspectiva pessoal dos atores, abordadas a partir do conceito narrativas.

Entretanto, ignorar ou silenciar diferentes vozes e experiências não parece ser uma postura adequada. Adverte Pollak que “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p.04).

Como tentativa de superar as possíveis dificuldades que podem ser encontradas ao

pensar na negociação das memórias, trouxemos a ideia de capital social, com a intenção de utilizá-lo para sensibilizar os atores para o fato de que o momento para a discussão e construção coletiva de interpretações compartilhadas, necessário em iniciativas de memória organizacional, pode ser entendido enquanto um investimento em seu capital social, o que se reverte ainda para a instituição como um todo. Já a teoria da dívida pode ser ajudar a sensibilizar esses mesmos atores de que, ao aceitar ouvir e considerar a percepção do outro em relação à memória relativa a dado evento institucional, dá-se a esse ator o igual direito de indicar sua percepção, para que haja então um processo efetivo de negociação, em um ambiente em que prevaleça a reciprocidade no ato de ouvir, em torno de uma percepção coletiva.

Essas ações intencionais a serem desenvolvidas para o estabelecimento de iniciativas de memória organizacional muitas vezes podem ir contra o *habitus* estabelecido na instituição. Ainda que não seja possível uma transformação simples dessas disposições adquiridas, e considerando a importância do *habitus* para questões de aprendizagem e memória organizacional, acredita-se na relevância de identificação e compreensão do mesmo, trabalhando para que o *habitus* possa favorecer ações relacionadas à memória organizacional.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BOURDIEU, P. **The Logic of Practice**. Cambridge: Polity Press, 1990.

_____. Capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.). **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-70.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

HAYTHORNTHWAITE, C. Learning Relations and Networks in Web Based Communities. **Journal of Web-based Communities**, v.4, n 2, p. 140-158, 2008.

MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: Dívida, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.73, p.45-66, 2005.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SIMMEL, G. The persistence of social groups. **American Journal of Sociology**, v. 3, n. 5, p. 662-698, 1898.